

A Inserção das Mulheres no Cooperativismo: estudo de caso COOMAFITT

LEAL, Adriana Ribeiro⁵⁵
COTRIM, Décio⁵⁶

RESUMO

Este estudo pretende refletir a respeito da inserção das mulheres nas atividades das cooperativas de agricultores familiares, através de um estudo de caso de como estão ocorrendo essas relações na Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas (COOMAFITT). Dados previamente coletados demonstram que a participação das mulheres na COOMAFITT vem ocorrendo de maneira muito desigual com relação à participação dos homens. Diversos são os fatores que os estudiosos apontam para explicar as diferenças que são percebidas, com relação aos comportamentos de homens e mulheres, e que balizam as relações entre os gêneros. O cooperativismo, como estratégia de desenvolvimento rural, pode ser um aliado na inserção das mulheres nos espaços de decisão e poder, por ser uma doutrina que tem como valores a ajuda mútua, a responsabilidade, a democracia, a igualdade, a equidade e a solidariedade. Neste estudo, pretende-se refletir sobre questões como: Quais são os possíveis motivos que estariam levando as mulheres a não se sentirem atraídas a participar das atividades da COOMAFITT? Porque a cooperativa em questão tem um baixo número de sócias no quadro de associados? As mulheres estão se reconhecendo como membros desta organização? O que a cooperativa necessita fazer para atrair a participação das mulheres?

Palavras-chave: Cooperativismo. Gênero. Inserção. Agricultura familiar.

ABSTRACT

This study intends to mull on the inclusion of women in the activities of cooperatives of family farmers, through a case study of how these relationships are occurring in the Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas (COOMAFITT). Previously collected data show that women's participation in COOMAFITT has occurred very unevenly compared to the participation of men. Several factors are pointed by scholars to explain the differences that are noted on the behavior of women and men, and that outline the relationships between genders. The cooperative, as a rural development strategy, can be an ally to the inclusion of women in decision-making and power, as a doctrine with values of mutual help, responsibility, democracy, equality, equity and solidarity. This study aims at reflecting on questions such as: What are the possible reasons that would be leading women not to feel attracted to participate in the activities of COOMAFITT? Why the

⁵⁵ Licenciada em Educação Física pela UFSM e Especialista em Saúde Pública pelo IBEPEX, Extensionista Rural da Emater/RS – Ascar, Acadêmica do curso de especialização em Gestão de Cooperativas, Escola Superior de Cooperativismo. E-mail: aleal@emater.tche.br.

⁵⁶ Doutor em Desenvolvimento Rural UFRGS-PGDR. Extensionista Rural da Emater/RS – Ascar. E-mail: deciocotrim@yahoo.com.br.

cooperative in question has a low number of women as members? Do women feel recognized as members of this organization? What does the cooperative need to do to attract the participation of women?

Keywords: Cooperative. Genre. Insertion. Family farming.

1 INTRODUÇÃO

O cooperativismo é uma doutrina que surgiu como forma de organização social para a solução de problemas econômicos. O movimento cooperativista surge em 1844 em Manchester, Inglaterra, com os pioneiros de Rochdale, onde 28 operários (27 homens e uma mulher), na sua maioria tecelões, fundaram a primeira cooperativa moderna (Sociedade dos Probos de Rochdale) que forneceu a base do cooperativismo, pelo modelo que adotaram.

Nota-se, a partir da formação deste modelo de Rochdale, que desde seus primórdios o cooperativismo vislumbrava um horizonte que ultrapassava o econômico, pois relatos reforçam que algumas das principais preocupações dos participantes giravam em torno do bem estar dos homens, da redenção social e das condições que eram impostas aos trabalhadores.

Nesse modelo foram definidos os sete princípios básicos do cooperativismo, que são: adesão voluntária e livre, gestão democrática, participação econômica dos membros, autonomia e independência, educação, formação e informação, intercooperação e Interesse pela comunidade. Somados aos princípios básicos, são valores do cooperativismo: a ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade.

Esses princípios e valores demonstram que, desde seus primórdios, o cooperativismo surgiu como uma doutrina que buscava alcançar elevados padrões de desenvolvimento e justiça social, em uma época que se vivia uma crise socioeconômica de grandes proporções, no auge da Revolução Industrial.

Paralelo ao surgimento do cooperativismo, iniciou-se mundialmente um movimento, por ocasião da Revolução Industrial, que gerou mudanças nas opções tradicionais de trabalho e por consequência disso outros atores foram inseridos no mercado de trabalho, inclusive as mulheres. A participação feminina no mercado de trabalho ocorreu de forma gradual e progressiva, até chegarmos aos dias de hoje, onde a mulher tem uma importante participação em vários ramos da economia.

Mas essa participação não ocorre de maneira igualitária, pois existe, concomitante à inserção das mulheres, uma tradicional divisão sexual do trabalho, trazida como herança cultural, na qual o trabalho feminino viria a ser apenas um complemento da renda familiar, apesar de a mulher atualmente estar desempenhando, em muitos setores, funções e tarefas que tradicionalmente pertenciam ao homem e ocupando cargos de chefia e de comando.

Por consequência dessa herança cultural, ao mesmo tempo em que ocorreram importantes inserções do trabalho das mulheres, há setores da economia em que esta divisão ainda se apresenta marcante, ficando a maioria das mulheres distante dos espaços de decisão e de poder. Referimo-nos, em especial, para fins deste estudo, ao trabalho na economia rural, que, segundo Butto (2011), é um espaço onde a divisão sexual do trabalho ainda é vigente.

A economia rural sempre esteve marcada pela divisão sexual do trabalho. Os homens estão associados a atividades econômicas que geram emprego, ocupação e renda, enquanto as mulheres concentram-se em atividades voltadas para o autoconsumo familiar, com baixo grau de obtenção de renda e assalariamento. (BUTTO, 2011, p. 12).

Além disso, segundo Woortmann e Woortmann (1997), o processo de trabalho possui dimensões simbólicas que o fazem construir não apenas espaços agrícolas, mas também espaços sociais de gênero. O trabalho do homem é considerado mais importante porque envolve a responsabilidade com a administração do estabelecimento. A dificuldade em perceber o trabalho total da mulher do campo também é revelada nas fontes estatísticas oficiais, nas quais as mulheres não são cadastradas como agricultoras, tornando invisível o papel delas no desenvolvimento da agricultura familiar.

Ao mesmo tempo em que se percebe essa realidade, na qual a mulher não tem seu trabalho valorizado e muitas vezes nem mesmo percebido, talvez por razão da cultura ainda vigente, as mulheres são importantes agentes de desenvolvimento social e econômico, pois segundo Marccone (2009a, p. 26):

As mulheres constituem também a maioria da força de trabalho utilizada na agricultura, produzindo a maioria dos recursos alimentares consumidos nos países em desenvolvimento e nas economias de transição, e representam os principais agentes da segurança alimentar, do bem-estar familiar e das comunidades locais. No entanto, possuem menos de 2% das terras cultiváveis, recebem somente 1/3 da renda mundial e dificilmente são consideradas pelas estatísticas oficiais nacionais. Elas têm também menos

acesso à instrução e, portanto, às posições de trabalho de alto perfil em relação a homens.

Segundo as informações levantadas, além da promoção da igualdade entre os sexos, a valorização do papel das mulheres, é um fator estratégico de desenvolvimento social, pelos vários papéis que elas assumem na manutenção do bem estar das famílias e das comunidades.

Com relação ao cooperativismo, esforços têm sido feitos no sentido de promover a inserção das mulheres. Prova está que, em 1995, a Aliança Cooperativa Internacional, que representa o cooperativismo mundialmente, criou o Programa de Ação Regional para as Mulheres da América Latina e do Caribe. A partir daí, a Aliança Cooperativa Internacional tem enfatizado a importância da participação das mulheres no cooperativismo. Isso pode ser verificado na fala de Rodrigues (apud DALLER, 2010) que, em 1997, ao assumir presidência da Aliança Cooperativa Internacional, declarou no seu discurso que: “A Aliança Cooperativa Internacional, consciente da importância do papel da mulher nas atividades cooperativas, está agora empenhada em ampliar sua participação em todas as categorias de cooperativas e no sistema cooperativista mundial”.

Seguindo as diretrizes da Aliança Cooperativa Internacional, a Coopergênero é lançada, em 2004, no Brasil, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com o objetivo de contribuir para a construção da equidade/equilíbrio de gênero no âmbito do cooperativismo e associativismo brasileiro. O surgimento dessas iniciativas reforça a ideia da necessidade de criarmos estratégias para que as mulheres venham a ter uma participação mais igualitária nas atividades relacionadas ao cooperativismo.

Para fins deste estudo, iremos focar o caso da COOMAFITT, que foi fundada em 2006 e tem feito muitos avanços no sentido de mudar paradigmas referentes às relações de solidariedade e ajuda mútua. Importantes resultados têm sido alcançados na medida em que a cooperativa tem praticamente dobrado seu faturamento todos os anos, com vendas principalmente para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), para municípios vizinhos e grandes centros como Porto Alegre e Caxias do Sul, fortalecendo a agricultura familiar daquela região. A COOMAFITT hoje conta com 134 sócios(as), e tem ponto de comercialização próprio, localizado às margens da RS 486 — Rota do Sol, em Itati, proporcionado, através de um projeto do

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que viabilizou a aquisição de um caminhão, a construção do prédio além de equipamentos para o funcionamento de um ponto de vendas.

Apesar dessas conquistas e avanços, é verificado o baixo percentual de mulheres sócias da COOMAFITT, conforme dados fornecidos por funcionários da cooperativa apenas 12% dos sócios são mulheres. Também foi observado que o número de mulheres nas assembleias gerais é muito reduzido, em comparação ao número de homens, ou seja, as esposas dos sócios também não têm uma participação efetiva nas reuniões oficiais da cooperativa (dados levantados em listas de presenças de Assembleias Ordinárias da COOMAFITT). Além disso, na diretoria da COOMAFITT não temos nenhuma representação do sexo feminino.

Este estudo pretende refletir a respeito do motivo que faz com que a participação das mulheres não esteja ocorrendo de maneira mais equilibrada, em relação à participação dos homens na COOMAFITT. O que estaria levando as mulheres a não se sentirem atraídas a participar das assembleias, reuniões e outras atividades da COOMAFITT? Porque temos um baixo número de sócias no quadro da cooperativa? Apesar de o convite para as atividades da cooperativa ser extensivo aos familiares, as mulheres estão se reconhecendo como membros dessa organização? O que a cooperativa necessita fazer para atrair a participação das mulheres?

2. GÊNERO E AGRICULTURA FAMILIAR

2.1. O QUE É GÊNERO?

Muitas pessoas acreditam que a palavra gênero pode ser usada como um substituto de mulheres, porém, essas palavras, para a maioria dos estudiosos do tema, não são sinônimas. Segundo Scoot (1995), o termo gênero sugere que a informação a respeito das mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica no estudo do outro. Ou seja, os estudos de gênero tem um caráter correlacional: o masculino e o feminino são construídos na relação de um com o outro.

Segundo Scoot (1995, p. 21), “O gênero é um elemento construtivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é

uma forma primeira de significar as relações de poder”. Em outras palavras, é importante focarmos as questões de gênero, a fim de que se tenha uma visão mais clara das relações sociais, as quais criam estruturas hierárquicas baseadas em compreensões generalizadas da relação pretensamente natural entre o masculino e o feminino. (SCOOT, 1995).

Essas estruturas foram historicamente criadas através de diversas perspectivas, tais como a biológica, religiosa, psicológica, econômica, as quais se valiam de argumentos para justificar o determinismo criado para o papel da mulher na sociedade. Apesar dos inúmeros avanços conquistados até os dias de hoje, essa cultura que “define” os papéis de um e de outro ainda persiste.

O movimento feminista, que teve forte ascensão a partir do século XX, mostrou-se um importante instrumento de divulgação sobre a intolerância à diversidade e à separação entre os seres humanos, iniciando um processo que focava na visualização das diferenças entre os sexos. (BURG, 2005).

A utilização da categoria gênero caracteriza um avanço sobre as discussões anteriores que se baseavam nas diferenças entre os sexos, pois, a partir de então, não era suficiente constatar as diferenças entre os sexos, mas era imprescindível considerar como elas foram construídas social e culturalmente. (BURG, 2005).

2.1.1. Relações de Trabalho e Gênero na Agricultura Familiar

Resultante das estruturas sociais construídas ao longo do tempo, a questão do poder pode ser refletida sobre diferentes aspectos. Segundo Carrasco (2012), o feminismo contestou a antiga dicotomia público/privado, proposta pela patriarcal ideologia liberal, segundo a qual a sociedade está dividida em duas esferas separadas em princípios antagônicos: uma atribuída aos homens e outra às mulheres. Nessa proposta, há uma ambiguidade entre as definições de público e privado que faz com que o privado seja confundido com pessoal e que o público se contraponha ao privado e ao doméstico.

Ou seja, a existência de um princípio público (masculino), ligado ao social, ao político e ao econômico, com base em critérios de êxito, poder e direitos de liberdade. E outro princípio privado ou doméstico (feminino), ligado ao lar, com base nos laços afetivos e sentimentos, sem qualquer ideia de participação social, política

ou produtiva e relacionado diretamente com as necessidades subjetivas das pessoas.

A maneira como o sistema social foi se estruturando reforçou a exclusão das mulheres da vida pública e colocou como ideal seu lugar no meio doméstico, como destino normal e natural, apoiado na questão biológica de mães que deviam zelar pelos filhos, marido, parentes e obedecer ao homem. Esta natureza/função seria incompatível com atividades como a política, por exemplo. (BURG, 2005).

Afirma Burg (2005) que o espaço privado, onde as mulheres vivem a maioria das experiências femininas, em que são confinadas e submetidas a relações de dominação e impedimento, é também lugar de elaboração e poder, no que se refere aos filhos, a casa e a família. Poderíamos dizer que a mulher, que ocupa o espaço privado, tem poder no ambiente doméstico, pois nesse âmbito pode decidir a respeito de diversas questões, inclusive a respeito da forma como educar seus filhos, o que é de fundamental importância, inclusive para a reprodução social.

Apesar das constantes transformações que vem ocorrendo no mundo, que tem trazido mudanças na dinâmica dos papéis sociais, há espaços, e entre eles o rural, onde as condições das mulheres ainda expressam grandes desvantagens em relação aos homens, com desigualdades de gênero, naturalizadas e estruturadas sobre a condição de relações de poder e submissão para as mulheres nas bases sociais e econômicas. (REIS, 2010).

Metade da população rural é composta por mulheres, muitas delas sem acesso a direitos básicos como saúde e educação e a maioria delas não conta com o devido reconhecimento de sua condição de agricultora familiar e camponesa. Apesar dessa realidade, assumem de forma crescente a responsabilidade total pelo grupo familiar que integram. Está ocorrendo um aumento paulatino da chefia feminina nas famílias brasileiras, fenômeno iniciado nos anos noventa. Em 1993, na agropecuária, 11,4% dos lares eram chefiados por mulheres e em 2006 esse índice subiu para 16,2%. (BUTTO, 2010).

Ao mesmo tempo, a divisão sexual do trabalho sempre esteve presente na economia rural. As atividades econômicas que geram emprego, renda e ocupação estão associadas aos homens, enquanto as mulheres, com baixo grau de assalariamento e renda, concentram-se em atividades voltadas ao autoconsumo familiar. Seu trabalho é visto como uma ajuda, uma mera extensão dos cuidados dos filhos e demais membros da família. Em decorrência disso, o trabalho feminino

adquire uma invisibilidade que fica evidente nas estatísticas oficiais, sobre a duração da jornada de trabalho, que mostram dados que as mulheres na agropecuária trabalhariam somente a metade da jornada dos homens. (BUTTO, 2010).

Isso se trata de uma distorção na produção das estatísticas oficiais, que não media a população nos chamados afazeres domésticos, sendo este um trabalho necessário para a reprodução econômica da sociedade, embora realizado no âmbito privado. A partir do momento que esse tempo passa a ser medido, são fornecidos elementos em torno da divisão desse trabalho entre homens e mulheres, pois mostra uma parte da desigualdade sobre a qual se estruturam, cotidianamente, as relações sociais. (CARRASCO, 2012). Atualmente, se sabe que as mulheres rurais sempre acumularam extensas jornadas de trabalho, desempenhando importantes papéis junto a suas famílias, inclusive na sua manutenção, sendo que este trabalho é a base da estrutura e preservação de toda unidade familiar.

Segundo Burg (2005), as mulheres exercem uma gama de atividades muito diversificada, na propriedade rural.

De um modo geral, as mulheres estão presentes tanto nos trabalhos ligados à esfera da reprodução, quanto nos relativos à produção. Além das atividades que desempenham em todas as etapas do processo produtivo agrícola, elas atuam de maneira equivalente no manejo dos animais, incluindo a ordenha e o processamento do leite e a criação de pequenos animais. Somam-se a esses os afazeres domésticos, que se estendem ao quintal, além dos cuidados com a horta e o pomar. (BURG, 2005, p. 36).

Conforme Burg e Lovato (2007), a soma do trabalho dos membros da família e o trabalho produtivo realizado pela mulher constitui uma gama de funções que favorecem a unidade de produção familiar. Acrescenta que grande parte da agricultura contemporânea se apoia na união entre negócio e família, que o local de trabalho se confunde com o local de residência. Também acrescenta que:

Nesta unidade indissolúvel de geração de renda que é a agricultura familiar, os filhos e filhas integram-se aos processos de trabalho desde muito cedo, e aos poucos, vão assumindo as atribuições de maior importância, eles chegam à adolescência dominando não só as técnicas, mas também os principais aspectos da gestão do estabelecimento. Há uma naturalização da divisão do trabalho, baseada no ciclo produtivo e orientada pelo chefe da família, na qual filhos e esposa não tem autoridade para contestar ordens. Sendo a família o elemento básico da gestão da produção e do trabalho, a produção e a reprodução do patrimônio e das pessoas integram-se em um processo único. (BURG; LOVATO, 2007, p. 1524).

Segundo a autora, a agricultura familiar necessita de todos os membros da família para reproduzir-se e, desde cedo, essa divisão do trabalho é imposta aos membros da família, pelo chefe da família, baseada em uma naturalidade aparente. Porém, não é sem conflito que essa dinâmica ocorre.

A esse respeito destacamos o que fala Buarque (2005, p. 86):

[...] existe um conflito entre as mulheres rurais e o mundo rural contemporâneo que tem um rebote significativo no conjunto dos indivíduos, mesmo que não se funde nas relações de classe, mas na opressão de sexo. Pode-se compreender que a dimensão de gênero, seja no aspecto das desigualdades, seja no da resistência a essas desigualdades, é estruturante das relações sociais. A estratégia de promoção da equidade de gênero não pode ser resumida à articulação de forças capazes de promover apenas as transformações socioeconômicas na vida das mulheres, mas deve também envolver definitivamente a desconstrução da dominação masculina nos campos material e subjetivo, inclusive para as gerações.

Há indícios de que em famílias onde a relação entre os membros ocorre de forma horizontal, ou seja, as opiniões são compartilhadas e discutidas e existe um clima de ajuda e respeito mútuo, a tendência dos filhos em permanecerem no meio rural é maior. Além da equidade de gênero, se questiona se as questões relacionadas ao poder não deveriam ser revistas, já que a crescente masculinização no campo pode ser visualizada em dados oficiais, nos últimos anos, trazendo também a evasão de muitos jovens, do meio rural e um crescente envelhecimento dessa população. (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999).

O cuidado em inserir as mulheres nas organizações da agricultura familiar, partindo do pressuposto que esta é uma ação que irá auxiliar no empoderamento das mulheres, pode contribuir para a melhoria de diversos problemas ocasionados por relações desiguais entre os sexos. Essa desigualdade, possivelmente, também é a causa do alto índice de violência doméstica, em relação às mulheres. Dados mundiais mostram que 30% das mulheres sofreram, pelo menos uma vez durante sua vida, violências domésticas ou sexuais. (MARCONE, 2009b).

Visando a superar distorções relativas à subordinação e invisibilidade da mulher rural, os movimentos sociais de mulheres ganharam força no final dos anos 80, lutando pela afirmação das mulheres rurais como agricultoras e como sujeitos políticos que questionam as relações de poder existentes no meio rural, incluindo aí as organizações autônomas de mulheres, sindicais e sem terra, que reivindicam direitos econômicos e sociais. Em conformidade com uma tendência mundial e

possivelmente por força de pressão social, esclarece Butto (2010) que apenas poucos anos atrás, o Estado brasileiro iniciou de maneira muito limitada algumas iniciativas em prol da igualdade de gênero.

As políticas de desenvolvimento rural até a década passada não reconheciam o trabalho das mulheres e o caracterizavam como mera ajuda aos homens. Esta concepção contribuía para a naturalização das desigualdades de gênero e conseqüente dependência das mulheres ao universo masculino. (BUTTO, 2010, p. 17).

Como exemplo de política pública de gênero, pode-se relatar iniciativas como a do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que, em 2001, criou o Programa de Ações Afirmativas, que, nesse período, restringiram-se à edição de portarias voltadas à ampliação da concessão do crédito às mulheres e à promoção de estudos, que não chegaram a se efetivar. Além de não serem políticas que se efetivaram, essas ações não buscaram alterar a divisão sexual do trabalho e promover as condições para uma maior autonomia econômica das mulheres rurais. (BUTTO, 2010).

A partir de 2003, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) elabora uma política pública de promoção de igualdade de gênero, incluindo agenda dos direitos econômicos e políticos das trabalhadoras rurais, com designação de recursos para promover políticas de igualdade através de ações finalísticas, como a criação de uma linha de crédito específica para as mulheres, dentro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e medidas para transversalizar as relações de gênero nas políticas de desenvolvimento rural. (BUTTO, 2010). Informamos Butto (2010) que várias outras formas de promoção da autonomia e da igualdade das mulheres rurais foram implementadas, permanecendo até os dias de hoje, melhorando dados de evolução da renda e da diminuição do trabalho não remunerado nesse segmento.

Porém essas medidas ainda não são suficientes, pois as desigualdades entre homens e mulheres na agricultura familiar estão enraizadas nas estruturas do próprio modelo, que permanece sem maiores questionamentos. (BURG, 2005). As questões sociais precisam ser amplamente consideradas e debatidas no momento da formulação de políticas públicas que visem a promover o desenvolvimento rural.

3. A VISÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA COOMAFITT

Este estudo abrange os municípios de Itati (sede da COOMAFITT), Terra de Areia e Três Forquilhas onde residem os(as) agricultores(as) familiares sócios da COOMAFITT, todos situados no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Essa região foi habitada por índios, tropeiros, negros e açorianos (COTRIM, 2007) e recebeu uma grande colonização de imigrantes alemães, que trouxeram para a região características diferentes dos povos que habitavam anteriormente esse espaço, pois, segundo Cotrim (2007, p. 11), “[...] possuíam a lógica de uma produção agrícola, familiar e com organização comunitária [...]”.

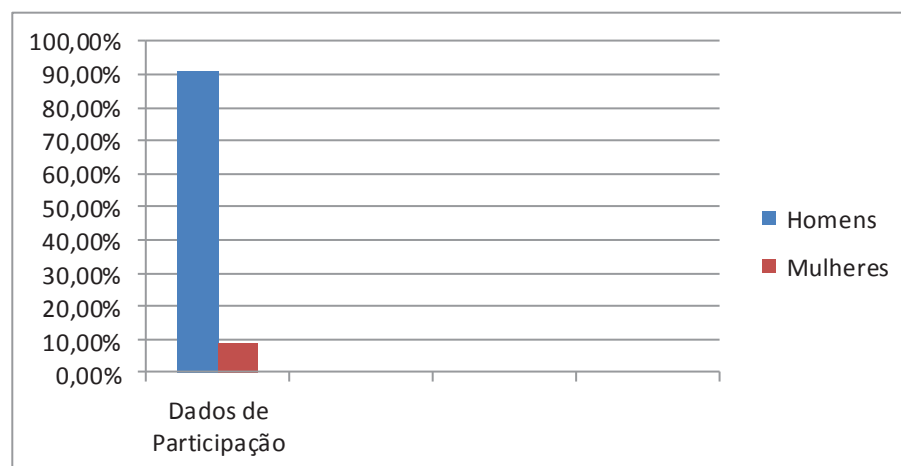
Provavelmente, os estabelecimentos de agricultura familiar sejam predominantes nesses municípios em razão dessa colonização. A COOMAFITT surge como uma estratégia de garantir a reprodução desses espaços da agricultura familiar, em um ambiente fortemente competitivo (TOZZI, 2010), que está instalado na atualidade. Podemos considerar que grandes avanços têm sido alcançados na medida em que a COOMAFITT tem aumentado constantemente o número de sócios, o volume de comercialização e o próprio patrimônio da cooperativa. Dessa forma podemos afirmar que o cooperativismo, proposto pela COOMAFITT, pelo seu papel de promoção de desenvolvimento econômico e social vem a ter um importante potencial para a promoção do desenvolvimento rural nessa região.

Para fins deste estudo, foram entrevistadas pessoas com diferentes tipos de participação na COOMAFITT, desde uma pessoa da diretoria, funcionários(as), sócios(as) e a esposa de um dos sócios. Além disso, foram utilizados os dados de participação levantados nas listas de presenças das Assembleias Gerais da COOMAFITT, Ordinárias e Extraordinárias, realizadas nos anos de 2011 e 2012.

Ao analisar os dados levantados nas entrevistas, percebe-se que todos os entrevistados, sem exceção, consideram a participação das mulheres na COOMAFITT importante. Porém quando questionados sobre se essa participação tem ocorrido efetivamente, a maioria dos entrevistados relata que há uma pequena participação das mulheres nas reuniões e assembleias. Também foi relatado estar havendo um aumento na participação das mulheres, inclusive com algumas se associando, em vez dos maridos. No entanto, na hora de participar de reuniões oficiais (Assembleias Ordinárias) quem participa normalmente é o marido, em vez da sócia.

As Assembleias Ordinárias e Extraordinárias analisadas contaram, nas listas de presenças, com um percentual muito baixo de presença de mulheres, com relação às presenças de homens, com um percentual médio nas últimas assembleias gerais de 9,28% de mulheres e 90,71% de homens, conforme quadro abaixo.

Quadro 1 - Dados de participação de homens e mulheres nas assembleias da COOMAFITT, nos anos de 2011 e 2012



Fonte: COOMAFITT (jun. 2012).

Nota-se que esse espaço público, que são as assembleias, tem uma pobre ocupação por parte das mulheres. Mesmo assim, com referência a quais atividades as mulheres participam, na cooperativa, foi relatado pelos participantes da pesquisa a presença de algumas delas nas assembleias. Também foi relatado que algumas ligam para a cooperativa a fim de se informarem dos preços e prazos dos pagamentos, quando os maridos são sócios. Algumas também vêm receber, no lugar dos maridos, o que pode estar ocorrendo pelo fato de a funcionária que faz os pagamentos ser uma mulher.

Nas reuniões de planejamento que a cooperativa realiza nas comunidades há uma participação maior de mulheres, do que nas assembleias, sendo citada a boa qualidade das ideias dadas pelas mulheres nesses espaços. Também foi relatado que, na propriedade, no preparo dos produtos a serem entregues na COOMAFITT, “as mulheres participam 100%, porque estão sempre junto com os maridos, ajudam e fazem todo o trabalho”.

Nesses relatos, aparece a questão do trabalho da mulher na propriedade. Podemos perceber que, conforme o relato, as mulheres estão presentes em todas

as fases do processo produtivo, porém, seu trabalho é considerado como ajuda, quando se trata de atividades ligadas à produção. Percebe-se também que a participação feminina nos espaços da COOMAFITT vem aumentando e que quando isso acontece, a participação é positiva.

A respeito do motivo para as mulheres não participarem das atividades da cooperativa, foi relatado pelos(as) entrevistados(as) que acreditam que as mulheres não participam porque são os homens que participam; que isso faz parte da cultura; que as mulheres não se envolvem nos negócios dos maridos; porque elas devem ter os compromissos delas; porque se um vai não precisa ir o outro; porque as mulheres tem que ficar em casa; por causa dos filhos; porque a cooperativa não trabalha com um ramo que é mais das mulheres, como o artesanato.

Quando analisamos as respostas obtidas, podemos perceber a forte presença na cultura local de uma separação com relação ao papel da mulher, em detrimento da possibilidade das mulheres participarem das atividades ditas econômicas e por consequência da cooperativa.

Ao perguntarmos sobre o que poderia ser feito para atrair a participação das mulheres nas atividades da COOMAFITT, tivemos as seguintes respostas: criar um espaço para as crianças nas reuniões, para as mães poderem participar; pensar em uma mudança no estatuto da cooperativa, para que a mulher (esposa do sócio tivesse direito ao voto); uma capacitação em cooperativismo; eventos familiares (como jantares, bingo), onde o homem fosse com a família; criação de um grupo de mulheres voltado ao artesanato ou algo que venha a atraí-las; montar um grupo de mulheres com algum fim lucrativo para elas; convidar as mulheres, para a cooperativa ficar mais forte; focar alguma atividade que elas pudessem exercer com mais facilidade, como artesanato e flores.

No item em que um dos entrevistados fala em propor uma mudança no estatuto da cooperativa, para que a mulher possa votar, ele se refere à lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que define a Política Nacional de Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, essa lei diz que apenas tem direito ao voto o(a) sócio(a) ou seu representante legal. Essa poderia ser uma das causas das mulheres não participarem mais ativamente das assembleias, onde as decisões são votadas. Porém, foi relatado por um dos entrevistados que nem em situações onde a mulher teria direito ao voto, sendo sócia, elas não se fazem presentes.

A respeito da importância da COOMAFITT para os(as) sócios(as), todos os entrevistados responderam que esta é muito importante para os(as) associados(as). O motivo mais citado diz respeito à garantia do pagamento de um preço mais justo ao produto que o(a) agricultor(a) produz. Porém, outros motivos foram citados, como um caminho novo que estão tendo, mesmo que vendam pouca quantidade é importante para as famílias; a cooperativa já abriu e vai abrir muitas portas não só financeiramente, mas no jeito de pensar e agir no cooperativismo.

Considera-se interessante destacar um dos depoimentos coletados a esse respeito, pela maturidade do interlocutor no que se refere ao papel do cooperativismo e da importância da participação dos(as) sócios(as).

Não tem palavras para explicar. É fundamental! Se o pequeno não estiver unido, em associação ou cooperativa, entrega seu produto em um valor bem abaixo. Também é importante para andar junto, se socializar. Muitas vezes ficam só na propriedade e não veem o vizinho. É uma forma de ensinar a pessoa a viver em grupo, pelo menos tentar. Quando se reúne em grupo conhecido todo mundo conversa e quando tem gente estranha só dois ou três falam com medo de falar besteira. É importante falar e ocupar os espaços que estão abertos para a gente na sociedade. A gente tem que conhecer o que tá falando para saber o que falar. Tem que conhecer a COOMAFITT para falar mal ou falar bem. É importante saber os projetos, os valores, para poder falar. (Entrevistado n. 1).

O cooperativismo e a participação das pessoas envolvidas na COOMAFITT aparecem nessa fala como algo de fundamental importância não só economicamente, mas como um fator de socialização e desenvolvimento da cidadania. Pela postura adotada nessa fala e por outras falas dos entrevistados, percebe-se aqui um clima favorável à participação das mulheres nas atividades da cooperativa, principalmente no que diz respeito à diretoria e funcionários da COOMAFITT, porém, com muita dificuldade em efetivar essa participação.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A COOMAFITT tem trazido aos seus sócios, a grande maioria agricultores(as) familiares da região que abrange os municípios de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas, uma nova gama de possibilidades, seja para a comercialização de seus produtos, seja para a criação de novas formas de relação entre as pessoas, em um

ambiente onde a gestão é compartilhada e as decisões mais importantes para a organização são tomadas em conjunto.

Nesse caso, a participação das mulheres nos ambientes onde se decide essas questões seria fundamental, pois além da promoção da igualdade de gêneros, na participação feminina são trazidos dados importantes do ambiente rural (e da propriedade), nos quais os homens dificilmente transitam, ambientes estes desvalorizados historicamente, mas do qual esse segmento depende para sua reprodução.

Pelos resultados obtidos nas entrevistas, apesar da COOMAFITT estender o convite para as reuniões e assembleias a toda a família, as mulheres apenas participam em uma pequena proporção, em relação à participação dos homens. Também cabe registrar que a COOMAFITT, desde a sua criação, nunca teve uma representante do sexo feminino na diretoria.

Baseados nos referenciais teóricos referidos neste estudo e nas entrevistas realizadas, um dos motivos que faz com que as mulheres não se sintam atraídas a participar nas atividades da cooperativa, pode ser a herança cultural dessa comunidade rural, que aparentemente ainda traz a divisão sexual do trabalho e dos espaços (visão patriarcal). Talvez, por esse mesmo motivo, o número de sócias seja muito baixo.

O cooperativismo, como organização, pode contribuir como auxiliar na inserção das mulheres, pois tem, entre outros, objetivos sociais e participativos. Conforme MARCONE (2009b, p. 26), “promover a igualdade de gênero nas cooperativas é — e deve ser cada vez mais — uma estratégia do mesmo desenvolvimento cooperativo”.

Entende-se que a COOMAFITT pode e deve concentrar esforços para promover o processo de inserção e valorização das mulheres, na medida em que preconizou nos valores da entidade, construídos a partir da fala dos sócios, “a melhoria da qualidade de vida com responsabilidade social e ambiental”. A isso se somam fatores como o aumento do número de mulheres chefes de família no meio rural, justificando mais uma vez a necessidade de criar mecanismos para inserir as mulheres.

Visto que todos os entrevistados consideraram importante a participação das mulheres, cabe saber como fazer essa inserção. Foram sugeridas pelos entrevistados algumas ideias como a criação de um espaço para as crianças nas

reuniões, para as mães poderem participar; pensar em uma mudança no estatuto da cooperativa, para que a mulher (esposa do sócio tivesse direito ao voto); uma capacitação em cooperativismo; eventos familiares (como jantares, bingo), onde o homem fosse com a família; criação de um grupo de mulheres voltado ao artesanato, ou outra atividade (com algum fim lucrativo ou não); convidar as mulheres para as reuniões.

A essas sugestões, citam-se as seguintes orientações contidas no documento publicado pelo MAPA (2012), a respeito de como garantir igual participação de mulheres e homens no cooperativismo:

- a) eliminação das relações que geram desigualdades;
- b) construção de novas relações, buscando a igualdade de oportunidades, o respeito e a solidariedade;
- c) ações conscientes e constantes definidas nos espaços de tomada de decisões;
- d) participação nas assembleias das cooperativas e aprovação de ações para a equidade/igualdade de gênero;
- e) mudança de condutas e valores relativos à participação da mulher, permitindo sua maior atuação.

Paralelo à inserção na cooperativa e suas atividades, considera-se importante que as mulheres tenham acesso às políticas públicas de forma mais igualitária, para que possam desenvolver sua atividade de agricultoras familiares, pois é na afirmação desta atividade que a COOMAFITT se estrutura.

É uma proposta bastante desafiadora, na medida em que o trabalho da mulher na propriedade rural é social e economicamente desvalorizado. Frente a esse quadro, se faz necessária uma avaliação do processo de democratização nas famílias de agricultores familiares e nas entidades que trabalham com as famílias da agricultura familiar, como a COOMAFITT. Afinal de contas, em um processo social que busca a emancipação e a humanização, alcançar a equidade de gênero não é apenas um problema das mulheres; é responsabilidade da sociedade inteira.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002b.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 6022**: informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação. Rio de Janeiro, 2003a.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 6023**: informação e documentação: referências: apresentação. Rio de Janeiro, 2002a.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 6028**: informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro, 2003b.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Gênero, cooperativismo e associativismo**: coopergênero, integrando a família cooperativista. Brasília, Mapa/ACS, 2012.

BUARQUE, C.. A dimensão de gênero no mundo rural brasileiro contemporâneo. **Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA**, p. 71-87. Brasília, 2005.

BURG, I. C. **As mulheres agricultoras na produção agroecológica e na comercialização em feiras no sudoeste paranaense**. 2005. 131 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) -- Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, 2005.

BURG, I. C.; LOVATO, P. E. Agricultura familiar, agroecologia e relações de gênero. **Revista Brasileira de Agroecologia**. v. 2, n. 1, p. 1522-1528, fev. 2007.

BUTTO, A.; DANTAS, I. (Org.). **Política para as mulheres rurais: autonomia e cidadania**. 2010. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br>>. Acesso em: 06 ago. 2013.

BUTTO, A.; LEITE, R. **Políticas para as mulheres rurais no Brasil: avanços recentes e desafios**. 2011. Disponível em: <<http://www.alasru.org>>. Acesso em: 24 jul. 2013.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. **Texto para discussão: IPEA**, Rio de Janeiro, n. 621, 1999.

CARRASCO, C. **Estatísticas sob suspeita, proposta de novos indicadores, com base na experiência das mulheres**. 2012. Disponível em: <<http://www.sof.org.br>>. Acesso em: 31 jul. 2013.

COOPERATIVISMO DE CRÉDITO. **Os pioneiros de Rochdale — Manchester/Inglaterra**. Disponível em: <<http://www.cooperativismodecredito.com.br>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

COTRIM, D. S. **Litoral norte do Rio Grande do Sul: sob a perspectiva de diferenciação e evolução dos sistemas agrários**. 2007. Disponível em: <<http://www>>.

cnpat.embrapa.br/sbsp /anais/Trab_Format_PDF/51.pdf>. Acesso em: 16 maio 2013.

DALLER, V. L. O. O empoderamento da mulher e a igualdade de gênero: coopergênero uma política pública de cooperativismo. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE PESQUISADORES EM COOPERATIVISMO - EBPC, 1., 2010, Brasília. **Coletânea...** Disponível em: <<http://www.fearp.usp.br>>. Acesso em: 16 maio 2013.

MARCONE, S. Gênero e igualdade: estratégia e desenvolvimento do cooperativismo e do associativismo. **Relatório final I Fórum Nacional de Gênero, Cooperativismo e Associativismo**. Brasília, 2009a. p. 23-38.

MARCONE, S. **Igualdade de gêneros**: uma estratégia para o desenvolvimento cooperativo. Brasília: Biblioteca Nacional de Agricultura – BINAGRI, 2009b. p. 23-40.

REDIN, E.; SILVEIRA, P.R.C. **O campesinato revisitado**: contribuição para compreensão da agricultura contemporânea. Disponível em: <<http://www.sober.org.br>>. Acesso em: 24 jul. 2013.

REIS, D.; CARMO, M.; LIMA, I. **Desenvolvimento rural e equidade de gênero no sertão de Pernambuco**. 2010. Disponível em: <<http://www.alasru.org>>. Acesso em: 31 jul. 2013.

RIBEIRO, C. M. **Campesinato, teoria social e os pecuaristas familiares**: ambigüidades existenciais e controvérsias conceituais. Porto Alegre: UFRGS/PGDR, 2005.

SCOOT, P; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Mulheres, 2010.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

TOZZI, M. X. **Cooperativismo e políticas públicas para a agricultura familiar**: estudo de caso da COOMAFITT. São Leopoldo: UNISINOS, 2010.

WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra**: lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.

ANEXO A - Roteiro da Entrevista Semiestruturada

Instruções:

- A entrevista deverá ser feita permitindo que o entrevistado fale livremente sobre o assunto. O pesquisador irá gravar a entrevista e transcrevê-la depois.
- Caso a gravação perturbe o entrevistado, o pesquisador deverá fazer o possível para memorizar as respostas, transcrevendo-as o mais literalmente possível, logo ao término da entrevista, a partir de apontamentos.

- O pesquisador deverá se certificar de que todas as questões abaixo relacionadas foram respondidas.

No ato da entrevista, caso o pesquisador perceba a importância de algum fato não apontado no roteiro, deverá incluir a questão.

População e amostra:

As perguntas foram direcionadas a seis pessoas (diretoria, esposa de sócio, sócio, sócia, um funcionário e uma funcionária).

Questões básicas a serem respondidas:

- 1- Você considera importante a participação das mulheres nas atividades da COOMAFITT?
- 2- Em sua opinião, as mulheres participam das atividades da cooperativa?
- 3- Se participam, em quais atividades?
- 4- Se não participam, você poderia explicar por qual(is) motivo(s)?
- 5- O que poderia ser feito para atrair a participação das mulheres nas atividades da cooperativa?
- 6- Para você qual é a importância da COOMAFITT para os(as) sócios(as)?